

■ NACIONAL

# Desmatamento terá mais controle na Amazônia

Novo programa do Ministério do Meio Ambiente pretende incentivar atividades produtivas e fiscalizar de perto o trabalho das serrarias

Hylde Cavalcanti  
de Brasília

O governo prepara uma mudança completa do processo de fiscalização e conservação da floresta amazônica dentro dos próximos três anos, a partir de programas que incentivam as atividades produtivas na região. Estas novas regras, que estarão contidas em duas portarias a serem divulgadas em uma solenidade oficial na quinta-feira, dia 22, incluem uma maior rigidez na autorização para o desmatamento e um sofisticado trabalho voltado para outros tipos de cultura, com o acompanhamento de técnicos.

Uma das novidades do texto é que, ao pedir a autorização para realizar o desmatamento junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), as serrarias terão que apresentar obrigatoriamente o contrato de venda firmado com a empresa onde será entregue a madeira.

Da mesma forma, quem for executar o desmatamento terá que inventariar a área em questão, medir todas as árvores existentes no local e elaborar ainda diversos mapas relativos à propriedade.

Estes documentos terão que comprovar que a área não é próxima a uma nascente de rio, não está localizada perto de algum olho d'água e não tem qualquer inclinação acima de 45 graus — neste caso específico para que não sejam observados posteriormente problemas de erosão. E, além disso, que não seja uma reserva legal. Para completar, todos os dados terão que ser apresentados em formato digital, para análise por parte do Ibama.

“Existem inúmeros casos de pessoas que apresentam um plano de manejo de uma determinada área e fazem o desmatamento em outras. Se não for criada uma norma eficaz contra este tipo de providência, e a população da Amazônia não assimilar a necessidade de um projeto econômico e sustentável para a região, em pouco tempo muitas das nossas re-

servas estarão dizimadas”, afirmou o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura dos Estados do Pará e Amapá, Ailton Faleiro.

O aumento da fiscalização, a partir do momento em que for autorizada a retirada das árvores, deverá contribuir para a redução do índice de desmatamento a partir de 2003, quando o projeto estiver totalmente consolidado, estimam os técnicos do Ibama.

## A idéia é substituir a derrubada da mata por culturas florestais, como a castanha, borracha e plantas medicinais

Mas, por outro lado, também vai incentivar a preparação da floresta para a produção em larga escala. “Todo o processo a ser implantado provocará efeitos radicais”, disse o engenheiro Ecio Rodrigues, vinculado ao Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), do Ibama.

Segundo Rodrigues, até hoje, tanto o Ministério do Meio Ambiente quanto as entidades ecológicas e até

mesmo a comunidade científica atuaram na fiscalização direta da região amazônica, mas sempre flexibilizaram as normas no momento em que era autorizado o desmatamento, de forma legal, exigindo muito pouco do manejo em si.

O Ministério do Meio Ambiente se programou para aplicar cerca de R\$ 5 milhões em uma campanha de comunicação. O objetivo desta campanha é sensibilizar os produtores (principalmente os de pequeno porte) a retomarem o plantio em suas terras, aproveitando também novas culturas.

“Quem quiser desmatar terá que bancar os custos dos mapas e documentos que precisará apresentar para conseguir uma autorização. Já quem quiser investir na produção da área receberá capacitação gratuita e dinheiro para isso, além de um plano de manejo feito por técnicos do instituto”, disse o engenheiro.

A princípio, o Ibama pretende fazer um cadastramento junto a 1.800 famílias dos estados que compõem o famoso arco de desflorestamento da Amazônia (onde são mais intensas as queimadas) — Acre, Rondônia,

## Cuidados com a Amazônia

Novas exigências e determinações do Ibama para desmatamento na região

- Apresentação, pelo proprietário, de inventário da área indicando tamanho de cada árvore, mapas digitais do terreno em questão, provando não estar em nascente de rio, olho-d'água ou que não tenha inclinação acima de 45 graus
- Apresentação de contrato firmado com as madeireiras, indicando quantidade de árvores a serem retiradas e seu destino, para fornecer a base à formulação de planos de manejo
- Atribuição, pelo Ibama, de certificado à madeireira comprovando a extração correta
- Instalação de unidades de beneficiamento (artesanato, mobiliário, etc.) para produtores cadastrados
- Acompanhamento técnico do Ibama a planos de manejo para recuperação das áreas degradadas, aproveitamento de recursos florestais não-madeireiros — casca do cipó-titica, óleos de madeiras (copaíba e andiroba) e frutas nativas (cupuaçu e açaí)



Fontes: Centro Nacional de Populações Tradicionais, Ibama, Federação dos Trabalhadores na Agricultura dos Estados do Pará e Amapá

Mato Grosso, Tocantins e Pará.

Estas famílias vão atuar como multiplicadores da atividade florestal. A idéia inicial é de que uma equipe visite os produtores interessados em participar do projeto, façam uma avaliação do local e, a partir daí, apresentem sugestões sobre novas culturas apropriadas.

As culturas que estão sendo mais

estudadas, de acordo com o resultado das várias reuniões promovidas com representantes de entidades sindicais e das secretarias estaduais do Meio Ambiente, são as de castanha, borracha, óleos essenciais e plantas medicinais.

Algumas das opções vêm surpreendendo até mesmo os próprios técnicos, como a possibilidade de se

agregar valor econômico à casca do cipó titica, comum na Amazônia e tido como uma espécie de praga para vários tipos de plantação.

Utilizada para a confecção de peças de artesanato e também para a produção de alguns tipos de medicamentos, a casca deste cipó vem sendo vendida por R\$ 0,70 o quilo. É um valor considerado excelente se comparado com outros produtos com demanda bem maior, como é o caso da borracha, cujo preço por quilo é R\$ 0,70 e da castanha (um quilo está sendo oferecido no mercado por R\$ 0,05), conforme informou Ecio Rodrigues.

Depois que os técnicos estaduais fizerem a avaliação da área e determinarem o plano de manejo mais adequado para cada produtor, serão definidos os investimentos em unidades de beneficiamento e, numa terceira etapa, a estratégia para oferecer os produtos no mercado.

Com lançamento previsto para o final do mês, o Ibama já tem até agenda programada: todos os planos de manejo terão que ser elaborados até maio. De maio até agosto, serão formadas as unidades de beneficiamento e, por fim, de agosto a dezembro, o processo de comercialização propriamente.

# Parcerias são fundamentais para o êxito

Hylde Cavalcanti  
de Brasília

Apesar de ter as principais prioridades definidas, o novo plano de fiscalização da Amazônia ainda depende das parcerias a serem formadas com várias entidades sindicais e representações de agricultores, para que seja iniciado o cadastramento. Os contatos, que já foram iniciados, têm previsão de serem definidos até a publicação das portarias.

O plano também tem tudo para dar certo no tocante à consolidação de parcerias com grandes empresas. No Ministério do Meio Ambiente ainda não existe confirmação oficial, mas já se sabe que uma comis-

são formada por representantes de 12 grupos privados deverá visitar estas áreas para a possibilidade de assinatura de contratos.

Para os empresários, o projeto tem a vantagem de que, ao contrário do que vinha sendo feito, estes contratos poderão ter duração bem mais longa do que os anteriores, já que a área em questão será constantemente renovada.

Existe também o marketing da empresa, por utilizar uma matéria-prima da Amazônia Legal, depois

de um período muito polêmico na região, em que vários incidentes envolveram atividades irregulares de madeireiras. As mudanças contam, ainda, com o componente político,

## Já existem várias empresas interessadas em investir no programa, que terá contratos de longo prazo

por ser a primeira ação efetiva implementada pelo presidente do Ibama, Hamilton Casara, bem visto entre os ambientalistas e os produtores.

Casara, que assumiu o posto recentemente, é funcionário de carreira do Ibama — está no instituto há quase 20 anos, e possui um trabalho

considerado de destaque na região do arco de desflorestamento, sobretudo quanto à implementação de políticas de controle e de manejo de madeira nas reservas extrativistas.

Por ser considerado um técnico de ponta do Ibama, sua ida para a presidência foi vista como a representação de uma nova fase na entidade, marcada por uma atuação mais próxima das comunidades da Amazônia e mais engajada na realidade da região.

Não é coincidência, portanto, que o anúncio dessas medidas coincidirá com o dia do aniversário do Ibama, ocasião para a qual está prevista solenidade oficial de comemoração.